



URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade

Bernardo Cheibub

bernardocheibub@id.uff.br | Universidade Federal Fluminense

“Colonianos”, “caravanistas”, “excursionistas” e “passeantes”:

A história do Sesc-SP, norteadada pelas práticas de lazer turístico oferecidas pela instituição.

“Colonians”, “caravanists”, “excursionists” and “passeants”:

The history of Sesc-SP, guided by the touristic leisure practices offered by the institution.

“Colonianos”, “caravanistas”, “excursionistas” y “caminantes”:

La historia del Sesc-SP, guiada por las prácticas de ocio turístico que ofrece la institución.

Resumo | Abstract | Resumen

1. Introdução

Há um denotado desenvolvimento dos estudos históricos no campo de pesquisas do lazer nas últimas décadas, onde a busca de novas fontes e o rigor metodológico tem se destacado entre as preocupações centrais; a despeito do relativo avanço ainda existem muitas instituições, práticas e personalidades a serem estudadas, o que, sem dúvida, poderia contribuir para tornar mais múltipla a compreensão acerca do percurso histórico do lazer e seus mais diferentes temas e facetas (MELO, 1998).

A tese de doutorado aqui compendiada teve como objetivo investigar a história do lazer turístico no Sesc do estado de São Paulo ¹. Torna-se relevante uma pesquisa que resgate o percurso histórico de uma instituição que representa o lazer (e o turismo social²) no Brasil, justificada pela rica e complexa trajetória que possui. De forma mais ampla e temática, questiono: como estão sendo pensadas e desenvolvidas concretamente as ações que abarcam a experiência turístico-urbana enquanto possibilidade de lazer para grupos e indivíduos que se encontram à margem do acesso aos espaços, cidades, paisagens, pessoas, experiências e ritmos distintos dos que se apresentam em seus cotidianos? (CHEIBUB, 2014)

Nessa toada, na investigação aqui descrita foram realizadas: a análise documental de fontes institucionais escritas, de diversos matizes e origens (cartas, atas de reuniões, comunicados internos, diretrizes, documentos norteadores, dados e relatórios estatísticos, fichas e avaliações distintas, folhetos promocionais etc.), e visuais (fotografias e encartes animados), em setores de salvaguarda da

¹Este artigo é composto de trechos e reflexões - oriundas de pesquisa de doutorado - que ainda não foram publicadas em revistas ou outros meios de divulgação; a tese foi defendida em 2014 no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV, sob a orientação da profa. Bianca Freire-Medeiros.

² Binômio "trazido" pela instituição no final da década de 1970, empregado e praticado desde a década de 1920 por outras nações da Europa e das Américas. De maneira simplificada, o turismo social é configurado por setores e instituições (representativas) - públicas, privadas e mistas - de diversos países que oportunizam experiências turísticas (passeios, excursões, viagens), com variadas intencionalidades ideológico-políticas, para grupos distintos (trabalhadores de vários segmentos de classe e suas famílias, idosos aposentados etc.).



memória da entidade; entrevistas com roteiro semiestruturado³, empregando o método da história oral, com profissionais do Sesc-SP de diferentes cargos/funções e períodos, e conversas informais com representantes do setor de turismo social do departamento nacional (DN) do Sesc. A historiografia das fontes e o método da história oral se complementaram e se alimentaram mutuamente, proporcionando a descrição atenta da instituição pela ótica do lazer e do turismo.

Segundo Thompson, a compreensão da constituição do contexto de uma época é, sem dúvida, auxiliada pelas fontes orais, visto que essas muitas vezes apontam a existência de algum equívoco básico na dinâmica da mudança social: “Equívoco esse advindo essencialmente da priorização das pressões coletivas e institucionais em detrimento ao efeito cumulativo das pressões pessoais relativas a essa mudança” (*apud* ROLKOUSKI; SILVA, 2009, p.9). De maneira geral, na história oral, os documentos surgem da proximidade e do diálogo entre o entrevistado e o entrevistador, que é levado a “afastar-se de interpretações fundadas numa rígida separação entre sujeito/objeto de pesquisa e a buscar caminhos alternativos de interpretação” (AMADO; FERREIRA, 2001, p.14). Aqui sigo as orientações de ALBERTI, ao afirmar que “[...] a intencionalidade do documento já é dada de saída, quando da própria escolha do entrevistado como pessoa importante a ser ouvida a respeito do assunto estudado” (2005, p.8).

Na história oral, “o papel central é do indivíduo único e singular, de sua experiência de vida concreta, histórica e viva, que, graças à compreensão hermenêutica, é transformada em expressão do humano” (ALBERTI, 1998, p.7). Quanto a isso, pergunto: que recursos o documento oral necessita para sua efetiva apreensão e compreensão? Na verdade, as narrativas necessitam de

³ Em relação ao processamento das entrevistas, todas foram gravadas (com a autorização prévia), e posteriormente transcritas e revisadas.

interpretação. “As memórias falham, por isso, não se deve ser inocente em relação à fonte ou à metodologia” (ALBERTI, 2010). Joutard corrobora Alberti, considerando que “não é uma ofensa aos interlocutores, nem um desprezo, se suas opiniões são submetidas à análise, ao contrário, pensa que, desta maneira, outorga-lhes a posição de depoentes com plenos direitos” (apud ROLKOUSKI; SILVA, 2009, p.8). Entende-se que, diferentemente de um documento impresso, as narrativas de memórias de sujeitos vivos não podem ser compreendidas com a mesma objetividade de um documento pronto e acabado (AMADO; FERREIRA, 2001).

Para ALBERTI, “[...] o que interessa é justamente a possibilidade de comparar as diferentes versões dos entrevistados sobre o passado, tendo como ponto de partida e contrapartida permanente aquilo que as fontes já existentes dizem sobre o assunto” (1998, p.18). A realização das entrevistas aconteceu junto com um levantamento tanto de obras teóricas, que pudessem ser úteis nas reflexões, quanto de fontes primárias sobre o tema. Ajuízo como o lugar concretamente mais importante para a pesquisa de documentos o setor nomeado de Sesc-Memórias, que catalogou documentos escritos, fotográficos e audiovisuais que ainda persistiam nas unidades e na administração central do Sesc-SP, recebendo também a doação de (ex) funcionários da instituição oriundos de várias áreas. Na sede administrativa do departamento regional de São Paulo também acessei documentos relevantes para a tese.

Para esta produção, nem todos os discursos e conteúdos apreendidos na investigação de campo serão apresentados, pois optei em circunscrever apenas as falas e os documentos que esboçam o modo como enunciados e práticas sobre o lazer e o turismo no Sesc foram constituindo novos conjuntos de poder, de saberes e de intervenções (BRÊTAS, 2008). Na medida em que fui entrevistando (ex)profissionais e visitando sobretudo o

Sesc-Memórias, descobri que, pelo *know how*, *expertise* e complexidade, o regional paulista realmente tinha muita “história para contar”; de forma solícita e generosa, os (ex)funcionários estiveram dispostos a contribuir com a tese, reconhecendo o valor e o propósito da pesquisa.

Em sua construção, o artigo foi dividido em cinco partes: este primeiro ponto tem um caráter introdutório; a segunda seção articula a estrutura e o simbolismo da instituição à questão social do lazer e à conformação sociopolítica do país; o terceiro item descreve os “primeiros passos” do Sesc-SP em direção às práticas turísticas de lazer; na seção seguinte, desvelei as principais ideias, estratégias e ações profissionais relacionadas ao turismo social no departamento regional paulista; e por fim, trago algumas considerações e possíveis horizontes sobre o tema investigado.

2. O Sesc e a configuração política e social do lazer no Brasil

O Sesc compõe o denominado sistema “S”, criado em 1946 por decreto-lei assinado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra - além de terem em comum seu nome iniciado pela letra s, as entidades possuem raízes comuns e características organizacionais parecidas: o Sesc e o Senac (serviço nacional de aprendizagem comercial) representam o setor de comércio e serviços; o Sesi (serviço social da indústria) e o Senai (serviço nacional de aprendizagem industrial) são os representantes do setor industrial; há o Sest (serviço social dos transportes) e o Senat (serviço nacional de aprendizagem do transporte), representando o setor de transportes; e o Senar (serviço nacional de aprendizagem rural), o Sescop (serviço nacional de aprendizagem do cooperativismo) e o Sebrae (serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas) (TEIXEIRA, 2021).

O Sesc é uma entidade de direito privado nos termos da Lei Civil, dirigida pela Confederação Nacional do Comércio (CNC); assim como todas as instituições do sistema “S”, é financiado com as

contribuições do empresariado nacional e sem ônus para os empregados ou cofres públicos. Do ponto de vista jurídico o Sesc é privado, todavia, a destinação do seu funcionamento e de suas atividades é plenamente pública. Desde a sua implementação, o Sesc recebe a contribuição compulsória – a partir do apoio e da responsabilidade governamental, definido em lei – de 1,5% do montante da folha salarial de cada um dos trabalhadores do Comércio, Serviços e Turismo (FIGUEIREDO, 1991). É com esse “financiamento” que a instituição, além da assistência social nas áreas sanitária, médica, dentária e nutricional, investe em possibilidades de lazer prioritariamente para os comerciários e suas famílias.

No intuito de compreender o cenário que leva à sua criação, é necessário contextualizar o lugar do lazer no Estado brasileiro no período que antecede ao Sesc: a oferta de experiências de lazer (incluindo as excursões e os passeios) foram incorporadas em 1943⁴ pelo Serviço de Recreação Operária (SRO), órgão criado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio dentro do Estado Novo – governo ditatorial de Getúlio Vargas de 1937 a 1945. O SRO oferecia aos trabalhadores sindicalizados “a oportunidade de fruição de vivências culturais que eram consideradas extremamente benéficas e necessárias para a formação/educação do novo trabalhador, fundamental para os novos tempos” (BRÊTAS, 2008, p.4). A consolidação das Leis trabalhistas, sancionada por Vargas em 1943, após intensas reivindicações por parte dos trabalhadores nas primeiras décadas do século XX (CAMARGO, 2009), trouxe, além de outras “conquistas”, a regulamentação e diminuição da jornada de trabalho, e por conseguinte, o aumento do tempo livre - representado pelos descansos diários (após 8 horas de labuta), semanais (geralmente nos fins de semana), anuais (as denominadas

⁴ De acordo com a pesquisa de doutorado (PPGHC/UFRJ) de Valéria Guimarães, o turismo, até este momento, não era enxergado pelo Estado como uma forma de lazer, e sim unilateralmente como uma atividade econômica elitista, fomentada especialmente para receber viajantes estrangeiros (BASTOS; CHEIBUB, 2020).



“férias pagas”, com duração de 30 dias) e existenciais (a aposentadoria, a partir da previdência social). Será visto adiante que esta última conquista foi importante para o desenvolvimento do turismo social no Sesc, o qual apresenta os idosos como um dos grupos mais contemplados.

Retomando o panorama exposto acima, o lazer historicamente foi enredado fundamentalmente pelas instituições de poder da sociedade como tempo de descanso necessário ao trabalho e à produtividade, por outro lado, foi sentido cotidianamente como um dos raros momentos em que o indivíduo exerce o direito à escolha; este caminho emoldura a ampliação das preocupações institucionais e governamentais com o lazer - mesmo que ainda não constitucionalizado enquanto um direito social, porém oportunizado por meio de alguns setores da sociedade, como o público e o terceiro (representado pelos serviços sociais), o lazer passou a ser enxergado pela classe dominante como uma dimensão relevante da sociedade (CHEIBUB, 2015).

Historicamente, a compreensão do lazer enquanto um “problema” social contribuiu diretamente para uma densa relação entre as políticas/ações/propostas (como a recreação operária e/ou pública) e as intenções de controle das instituições de poder, principalmente a partir das décadas de 1930 e 1940 do século passado (CHEIBUB, 2015). Houve uma mobilização em torno da questão do lazer a partir do momento em que ele foi estimado como uma peça fundamental na dinâmica político-urbana que se edificava no Brasil em meados do século XX, evidenciando-se, naquele desenho, o imperativo de estudar o “problema do lazer” em função do desejo de conhecimento e de controle social do tempo “livre” da classe trabalhadora (GOMES; MELO, 2003).

O Sesc, assim como as outras entidades do sistema S, nasce a partir de uma conjuntura política específica. Três entrevistados da

pesquisa⁵ comentam que a sua concepção tem a ver com o crescimento do comunismo no país:

Em 1945, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) conquista espaço na vida política do País, quando constitui significativa bancada parlamentar no Congresso Nacional, deixando o empresariado brasileiro temeroso. Ao criarem diferentes federações e associações, os empresários, conjuntamente com o poder político da época, paulatinamente diluíram os sindicatos únicos e, por conseguinte, a união dos trabalhadores e a possibilidade de fortalecimento e de reivindicações anticapitalistas mais intensas. Nesta conjuntura, ao criarem o Sesc, os empresários ansiavam demonstrar que, socialmente, poderiam gerar melhores benefícios para o trabalhador brasileiro e suas famílias do que a proclamada ideologia comunista (CHEIBUB, 2014, p.255).

Sobre isso, chamo a atenção para a manchete do jornal mensal da entidade, intitulado *Sesc em Marcha* (nov. 1951): “Do capitalismo de S. Paulo emana o ideal de Democracia Social, baseada na ‘Liberdade e na dignidade do homem’”. Na fala do profissional aposentado Mouzar Benedito da Silva fica clara a preocupação do governo da época em conjugação com a instituição corporativa: “[...] os trabalhadores estão virando comunistas! Então tem que criar o seguinte: o cara que tá jogando futebol de salão, não sei o quê, tá se divertindo, não tá pensando em política. Então tem que criar opção de lazer pros caras desviarem o pensamento, a ideia é claramente isso” (entrevista concedida em 14/12/2012).

Colaneri (que foi, de 1999 a 2007, diretor do Sesc-RJ) esclarece como o Sesc está ligado a uma estrutura hierarquizada

⁵ 1 - Dionino Colaneri, assistente social e profissional aposentado da instituição, foi representante do Conselho Técnico de Turismo da Federação do Comércio de São Paulo e a primeira pessoa nas Américas a integrar a Organização Internacional de Turismo Social (OITS); 2 - Mouzar Benedito da Silva (aposentado) trabalhara no Sesc-SP a partir de 1972, apresentando uma vasta experiência profissional no regional (não diretamente atrelada ao turismo, porém com questões institucionais relevantes); 3 - e o entrevistado que escolheu pela não identificação – opção dada previamente a todos os participantes –, igualmente ingressante no Sesc paulista em 1972 e aposentado, considerado por todos os outros profissionais entrevistados como o principal idealizador do turismo social no Sesc.



complexa - que de certa forma, contribuiu na pulverização da força sindical - ao descrever como acontece a eleição do presidente⁶ de cada administração regional, conectada a esta contextura:

O presidente é escolhido pelos sindicatos vinculados ao comércio de bens e serviço. Cada um tem 'n' sindicatos. No Rio hoje, não sei quantos tem, deve ter uns 60, 70 no máximo, vinculados à Federação do Comércio. Esses sindicatos elegem a diretoria da Federação do Comércio e esses sindicatos, por composição, elegem os membros do conselho regional do Sesc e do Senac. São eleições mesmo, são feitas eleições. E aí, além dos representantes do comércio, tem representante, no caso do Sesc, do governo, através do Ministério do Trabalho e da Previdência. E tem representante das centrais sindicais, essas centrais sindicais que eu digo, o governo que indica. Não sei como está hoje, mas deve ser ainda: a maioria dos membros são vinculados à Federação do Comércio (entrevista concedida em 22/11/2012).

Mouzar destaca que, contraditoriamente a intencionalidade supramencionada, os funcionários que compunham a “casa” apresentavam uma orientação política notadamente de esquerda, ao comentar sobre o processo seletivo em que ele e o outro entrevistado participaram para ingressar no Sesc (em 1972): “[...] eram 50 vagas, tinha 4mil candidatos, tudo gente que todo mundo dizia, falavam: os maiores intelectuais, bem concorrido. Não era bem isso, mas eles queriam criar uma instituição de direita, mas o concurso só entrava gente bem formada e informada” (Mouzar); “se não fosse de esquerda não entrava” (entrevistado que optou pela identidade não revelada); “eles queriam criar uma estrutura de direita com gente de esquerda” (Mouzar).

Luiz Octávio de Lima Camargo, acadêmico conhecido como um dos pioneiros da sociologia do lazer no Brasil, trabalhara e

⁶ O presidente escolhe o diretor regional do Sesc, que transforma as intenções dos diversos conselhos das federações regionais em diretrizes e ações práticas nas unidades do estado (Dionino, entrevistado).

estudara no Sesc de 1970 a 1985⁷. Numa das arrazoas de sua entrevista, Camargo conta um pouco sobre a representatividade do Sesc na sociedade brasileira nas primeiras décadas de sua existência:

Para a sociedade, o Sesc é uma situação muito esdrúxula, é uma instituição que sempre viveu voltada para o próprio umbigo, essa é a melhor expressão. Até 1976, eu digo isso porque é uma data importante, até 1976 qualquer notícia do Sesc na imprensa, boa ou má, era vista com maus olhos. As pessoas queriam que a instituição ficasse escondida da sociedade. A partir de 1976 o Renato Requixa [⁸] começou a virar o Sesc de cabeça pra baixo. E o Sesc de hoje é um produto da vontade do Renato Requixa, e da perspectiva visionária que ele tinha sobre a instituição. Ele percebia que a instituição tinha recursos pra ser uma líder na vida cultural da cidade [São Paulo] e investiu firme nisso aí. Isso durou até 1985, quando ele saiu. Aí assumiu o atual diretor, o Danilo Santos de Miranda. Eu ainda fiquei um tempo como o segundo dele na instituição. Mas o Danilo é consequência a isso. Hoje o Sesc é uma instituição conhecida, todo mundo fala muito bem do Sesc. Mas a gente deve lembrar que na minha época, a afirmação do Sesc era complicada. A esquerda ainda era forte, via o Sesc como uma instituição de empresários, sabe, todo mundo só faltava fechar o nariz quando entrava dentro de uma instituição. Não tinha o que falar mal, mas também se evitava falar bem (entrevista concedida em 08/12/2012).

Percebe-se que o entrevistado, ao tentar “defender” o imaginário institucional de uma entidade representativa dos empresários, polariza a possível crítica ao Sesc, colocando a “culpa” da imagem pejorativa ressonante no que ele considera, de maneira generalizada, o campo progressista. Historicamente a esquerda no Brasil esteve ligada aos interesses dos trabalhadores, e não aos dos

⁷ Começou na instituição como orientador social, em seguida foi superintendente de pesquisa e desenvolvimento e por último, diretor do Centro de Estudos do Lazer (Celazer).

⁸ Tentei entrevistar Requixa durante a pesquisa de campo (2011-2013), em trocas de e-mail com o seu procurador. No entanto, seu estado de saúde não possibilitou que a entrevista fosse realizada. Requixa, falecido em 2016, foi sociólogo, membro de várias organizações ligadas ao lazer e autor do livro “Lazer no Brasil”, de 1977.



empresários (sejam eles oriundos de qualquer setor produtivo ou atividade econômica). Especialmente durante a ditadura civil-militar que vigorou no país entre 1964 e 1985, a esquerda era “forte” ideologicamente em parte da sociedade porque a “direita”, após um golpe de estado, estava no poder, representado por um regime violento e corrupto - que endividara o país por conta de obras de infraestrutura faraônicas e supermanufaturadas - prendendo, torturando e assassinando quem se opunha e expunha opiniões e posições contrárias.

Nota-se que durante os governos militares, o Sesc ocupou acentuado espaço na cena social brasileira. Principalmente na década de 1970, quando expandiu sobremaneira suas atividades turísticas, o Sesc-SP se aproveitou do crescimento do turismo, enxergado pela tecnocracia empresarial-militar como um dos setores mais importantes do regime; a partir da superestrutura política regulamentadora e financeira (Embratur – Empresa Brasileira de Turismo; Finame - Agência especial de financiamento industrial), e de incentivos fiscais (Sudene, Sudam), desenvolveu-se uma infraestrutura turística central e de apoio (a malha rodoviária, a indústria automobilística, as redes hoteleiras e de restauração, e as operadoras e agências de viagens e turismo) (MULLER et al, 2011), prioritariamente acessível as classes alta e média. Nesse período aparece uma preocupação governamental em sistematizar os conhecimentos sobre a atividade turística e a necessidade de qualificar a mão-de-obra (MULLER et al, 2011), o que vai ao encontro da intensa capacitação que a instituição ora analisada realiza, algo a ser explorado na próxima seção.

3. “Colonianos” e “caravanistas”: o lazer turístico nas primeiras décadas do Sesc

O programa de turismo do Sesc é um dos pioneiros e até hoje mais ativos do Brasil (ALMEIDA, 2001). Colaneri afiança que, nos

primeiros anos de sua existência, a instituição fazia um trabalho mais voltado para educação sanitária. Complementando o que já foi debatido anteriormente, isto se explica diante do contexto da época, marcada pela paulatina substituição de um modelo econômico baseado na agroexportação por uma crescente industrialização, tendo como consequências o paulatino êxodo rural e a urbanização (CORRÊA, 2008). As pessoas que chegavam do campo ainda estavam se acostumando à dinâmica urbana, as questões de higiene, serviços e infraestruturas básicas (CHEIBUB, 2014).

A partir de 1948 a instituição passou a promover, por meio de seus muitos projetos, possibilidades para que as pessoas vivenciassem a experiência turística, conhecessem lugares e desenvolvessem relações interpessoais - desde então, a entidade organiza ações que visam oferecer alternativas para que indivíduos de diferentes classes sociais e faixas etárias tenham acesso ao turismo. Trata-se de uma referência em lazer e cultura para as classes trabalhadoras (SANTOS, 2006, p.8): “Por meio de sua rede de hospedagem (pousadas e centros de turismo e lazer), de convênios com diversos hotéis em diferentes localidades e da realização de excursões e passeios, o Sesc possibilita que, anualmente, milhares de brasileiros visitem e conheçam novos lugares e culturas”.

No Estado de São Paulo, o Sesc conta com uma rede de 43 unidades, em sua grande maioria centros culturais e desportivos - espalhados por 21 cidades da Grande São Paulo, interior e litoral⁹ - e somente a colônia de férias de Bertioga¹⁰ como meio de hospedagem

⁹ Unidades na grande São Paulo: 24 de maio, Avenida Paulista, Belenzinho, Bom Retiro, Campo Limpo, Carmos, Centro de Pesquisa e Formação, CineSesc, Consolação, Edições Sesc, Florêncio de Abreu, Guarulhos, Interlagos, Ipiranga, Itaquera, Osasco, Parque Dom Pedro II, Pinheiros, Pompeia, Santana, Santo Amaro, Santo André, São Caetano, Selo Sesc, SescTV e Vila Mariana. Unidades no interior/litoral: Araraquara, Bauru, Bertioga, Birigui, Campinas, Catanduva, Jundiaí, Piracicaba, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Rio Preto, Santos, Sorocaba, São Carlos, São José dos Campos e Taubaté (Sesc-SP, 2021).

¹⁰ No período em que trabalhei como animador cultural (vínculo temporário em 2004-05) na colônia Ruy Fonseca (Sesc-Bertioga), o centro de férias apresentava pouca relação com a estância balneária de Bertioga, parecendo mais uma “ilha” de desenvolvimento cercada pelo “restante” da cidade (característica comum verificada em *Resorts* e hotéis de lazer). Após uma conversa informal com a gerência do meio de hospedagem em 2018, parece que nos últimos anos o centro de férias vem paulatinamente se abrindo para os moradores locais, proporcionando ocasionalmente dias de usufruto das suas instalações recreativas.



próprio, construída em 1948 e com capacidade para acomodar até mil pessoas (SESC-SP, 2021). O que gerou a ampliação do fluxo rodoviário para fins recreativos e turísticos, na ligação entre a capital, o ABC e o litoral, foi a inauguração da Rodovia Anchieta em 1947 pelo governo estadual, com a intenção inicial de melhorar o escoamento da produção do porto de Santos (cidade próxima à Bertioga) (CAVENAGHI, 2021).

Na opinião do entrevistado que não quis ter a identidade revelada, e corroborado por Rodrigues (1995), a ideia inicial de turismo no Sesc veio dos governos europeus nazifascistas:

Tanto na Itália como na Alemanha, eles criaram as estruturas de turismo do “Sesc” de lá, e na Alemanha tem a KDF, um nome esquisito lá que significava Força pela Alegria. O que Hitler fez: montou um “puta” monte de colônias de férias na Europa inteira para usar estrategicamente, pra usar militarmente. Então na verdade o turismo em massa alemão, quem criou foi Hitler; e essas colônias de férias que vieram pro Brasil pós-guerra - tanto nos sindicatos do empregado, que tem um monte né, como do Sesc - foram inspiradas no que [Hitler e] o Mussolini [fizeram] na Alemanha, Itália; a origem das colônias são fascistas/nazistas (entrevista concedida em 14/12/2012).

Outra grande influência que incide sobre o Sesc (mais ou menos na mesma época do início da propagação do lazer e do turismo na entidade, em meados do século XX), tem a ver com o surgimento da sociologia do lazer, concomitantemente nos EUA e na Europa, estudando sistematicamente a formação, as conjunções, as metamorfoses e as tensões existentes no tempo de não trabalho, especificamente da vivência de manifestações culturais nesse âmbito. Jofre Dumazedier (um dos formuladores dessa sociologia na França) - ex-diretor e professor da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade René Descartes -, fundador e primeiro

presidente do Comitê de Lazer da Associação Internacional de Sociologia, foi assessor do Sesc a partir de 1978 (BIKEL, 2013). A literatura científica brasileira no campo do lazer foi influenciada pela presença de Dumazedier já na década de 1960, em seminários internos promovidos pelo Sesc-SP e em outras localidades por diferentes instituições do país (GOMES, 2008). O Celazer, criado em 1978 pelo Sesc-SP - um espaço de discussões, debates, capacitações e edições de publicações que tiveram como foco de interesse o lazer em perspectivas diversas - contou com a orientação de Dumazedier (BIKEL, 2013), o que incrementou e entusiasmou o campo de estudos no Brasil desde então. Camargo (ex-orientando de doutorado de Dumazedier), ratifica a importância de Requiça e do referido sociólogo francês para a valorização e real priorização das diversas práticas de lazer na instituição, incluindo o turismo:

Pra você ter uma ideia, as unidades do Sesc fechavam sábado e domingo, você imagina o esforço que teve que fazer pra mudar essa mentalidade, pra explicar que instituições de lazer não podiam fechar sábado e domingo, muito menos em feriado prolongado. O boicote era impressionante. No primeiro domingo ficava inteiramente aberto, no segundo domingo, aí na parte da tarde, já deixava a porta encostada. Depois a partir do meio-dia, depois já fechava a parte da tarde, depois de manhã. Aí quando via já tava tudo outra vez, era uma nova briga. [...] Tem a ver com o Renato Requiça ter visto. Você imagina o que era na época contratar um consultor estrangeiro. É mais ou menos, pro lazer, como contratar um técnico para seleção brasileira de futebol hoje, um técnico estrangeiro. Na época foi a mesma coisa. Dumazedier abriu todo o campo de ação do Sesc que era possível abrir. As pessoas tinham uma visão muito estreita do que é lazer, ele alargou. Foi ele que mostrou a importância do que o Sesc fazia. A partir daí a história da instituição foi outra coisa.

Colaneri explica a dificuldade inicial em trazer o tema e organizar um seminário sobre lazer no Brasil, ao contar que o

Sesc-SP, ao procurar a Universidade de São Paulo, foi “escorraçado” pelos cientistas sociais da universidade; estes questionavam a iniciativa de se estudar o lazer num país com graves problemas socioeconômicos. A propósito deste congresso, ocorrido em 1969, Requixa, em entrevista a Gomes – Projeto Garimpendo Memórias, da UFRGS -, elucida a história contada por Dionino e reforça o que Camargo trouxe acima, sobre a percepção da sociedade brasileira acerca da instituição:

Não foi uma coisa assim muito pacífica; foi muito contestada pelas esquerdas. Mas enquanto intelectual, representando uma entidade patronal, ia falar sobre lazer, quanto à promoção, aí atrás tem coisa! O que é esse lazer? Então o lazer não era uma palavra simpática às esquerdas. O lazer era tido aqui pelas esquerdas brasileiras como um ópio do povo. Assim como a religião era um ópio do povo no início do século, assim foi o lazer no início, quando ele foi lançado aqui. As pessoas sentiam o lazer como uma coisa meio incômoda, talvez numa atitude ambígua com relação ao lazer (2001, p.6-7).

No fim das contas, o apoio para o evento acabou vindo da prefeitura de São Paulo. Marcos Scaranci, ex-guia de turismo da entidade¹¹, desenvolve também a ideia da pesquisa e do estudo difundidos no Sesc-SP, trazendo o turismo para o debate:

Olha, eu peguei a transição trabalhando na área técnica. [...] Eu entrei exatamente no Sesc, quando se começava a se falar em lazer. Quando o Jofre Dumazedier era o suprassumo do lazer, que foi em 1979 e 1980. Em 1979 eu estagiei no Sesc e 1980 eu entrei como funcionário do Sesc. Então eu vi, não se falava em lazer fora do Sesc, era só o Sesc. Foi a primeira no Brasil a trazer esse debate do tempo livre, ocupação do tempo livre. Nessa época o nosso diretor era um sociólogo, era o Renato Requixa. Ele dava muita importância pra essa questão do lazer, e foi a partir daí que eu vi nascer a história do lazer, né? Estudar

¹¹ Scaranci entrou no Sesc-SP como animador sociocultural; foi guia e programador das unidades Roosevelt/Paraíso/Paulista, executando várias atividades turísticas no período em que durou o órgão especializado em turismo do regional paulista.



lazer, se especializar em lazer, o que era o lazer. E por essa época também começou a se discutir o turismo. Em 1979 se implementou o turismo no Sesc São Paulo. Mas se falava do turismo não como uma atividade administrativa [econômica], falava como uma atividade técnica da área de lazer (entrevista concedida no dia 07/11/2012).

Na fala de Scaranci, reforça-se a gestação na instituição de uma capacitação intensa dos profissionais, incluindo o intercâmbio internacional. Dionino traz o exemplo da profissional que foi enviada para Nova Iorque para posteriormente contar em quais restaurantes tinha frequentado durante sua estada, em médio prazo, contribuindo na mudança da forma de organizar os restaurantes do Sesc.

Além da menção de Scaranci, outros entrevistados se referem como o marco inicial do turismo social no Sesc-SP os anos de 1978 ou 1979, entendendo que, o que se fazia antes disso era apenas organizar o deslocamento das pessoas (do interior e da capital) para a colônia de férias de Bertiooga. Dessa forma, a ampliação do acesso dos comerciários paulistas a outros arranjos turísticos é expressa por muitos entrevistados na frase: “começou a fazer turismo aí”. O entrevistado que escolheu não ter a identidade revelada trouxe a expressão para a instituição em 1978, e após várias pesquisas, implementou realmente um programa de turismo (social) - com excursões e viagens para outras cidades do Brasil.

4. A expansão das excursões, a disputa jurídica e os passeios culturais

O entrevistado que não quis se identificar, considerado o “inventor” do turismo social no Sesc-SP, antes de intensificar as excursões para além do Sesc-Bertiooga, fez um estudo em 1972 demonstrando que as famílias com renda menor que 20 salários mínimos não apresentavam condições financeiras para viajar

regularmente¹². Ainda segundo este entrevistado, por meio do subsídio proporcionado pelo Sesc-SP, tentou-se incluir pessoas/famílias de comerciários que estavam abaixo desta faixa salarial nas “colônias” do Sesc: “tinham cinco faixas salariais: quem ganha menos pagava menos e tinha uma certa prioridade mesmo; o democratizar o turismo pra nós é nesse sentido, gente que não podia viajar, que não tinha condições de viajar por excursões rodoviárias no turismo [comercial]”.

Em 1978 foi oficializado o programa de turismo social na instituição, após um levantamento sobre locais que poderiam receber e hospedar – mosteiros, escolas, pousadas, hotéis – expandindo a demanda e a oferta, e por conseguinte, o acesso de mais pessoas em São Paulo (não só os assistidos comerciários, como outros contemplados, chamados pelo Sesc de usuários)¹³. A ideia de incluir os mosteiros foi do supracitado entrevistado, após um estudo realizado sobre a quantidade de ordens religiosas e mosteiros espalhados pelo Brasil, em sua maioria “ociosos”. O projeto “incentivo ao turismo social” (1978) mostra o levantamento e o acordo com as ordens religiosas. Soma-se a isso a inauguração de uma unidade especializada em turismo sediada na capital – funcionado operacionalmente como uma agência entre 1978 e 2009, articulando as reservas das diversas unidades do interior/litoral -, realizando excursões para várias regiões do país¹⁴.

A respeito da especificidade de uma instituição que não tem fins lucrativos e a já enfatizada “facilidade” de recursos financeiros, o que leva a uma relativa desburocratização da entidade, o mesmo

¹² Sem precisar trazer dados estatísticos e números que comparem o poder de compra das distintas épocas e a inflação do período, nota-se uma diferença considerável entre 20 salários de 1972 e de 2014, ano da finalização da pesquisa. De acordo com a tabela dos valores nominais do guia trabalhista (2014), em 1972 o salário mínimo equivaleria a 268,80 reais, enquanto em 2014 valia 724,00 reais (Decreto 8.166/2013, vigente em 01/01/2014).

¹³ “O Programa foi implantado com a realização de 18 eventos-piloto: dez excursões para Ouro Preto (MG), em fevereiro e julho de 1979, e oito excursões para Ouro Preto (MG), Araruama e Mendes (RJ), em janeiro e fevereiro de 1980” (COSTA, 2007, p.7).

¹⁴ Não consegui dados na instituição (ou em outras fontes) que totalizem a quantidade de excursões/passeios e de pessoas atendidas pelo programa de turismo social do Sesc-SP desde o início. Uma informação parcial diz respeito ao período que vai de 1990 a 2007, em que a média anual de público atendida pela entidade no referido programa varia entre 75 e 80 mil pessoas (COSTA, 2007, p 15).



entrevistado expõe...: “Aí tem outra coisa que eu acho que é importante, você pega qualquer governo municipal, estadual ou federal, quer desenvolver um projeto, você tem que fazer o projeto agora, esperar ser aprovado, demora sair a verba, aí tem uma papelada danada”; ...e conclui: “No Sesc como é desburocratizado, ele não tem esse esquema todo, você pode fazer um projeto hoje e implantar semana que vem”. A administração regional de São Paulo não sofre pressão econômica e não tem preocupação com o lucro para se manter competitiva. O interlocutor que optou pela não identificação comenta que ideologicamente o turismo do Sesc deveria expandir a custo zero, sem subsídio, mas também sem lucro, o que em sua opinião, foi obtido nos primeiros anos do “turismo social”. Contudo, em meados da década de 1980 o superávit mensal do turismo no regional paulista chegava a aproximadamente 35%, comprovado pelos resultados orçamentários do Sesc-Roosevelt (1984). Os ex-profissionais José Barbosa¹⁵, Scaranci e o entrevistado suprarreferido afirmam que o setor de turismo redistribuía recursos para outras áreas do Sesc paulista, numa espécie de “trem pagador”, nas palavras deles.

Na prática os regionais não subvencionados (que conseguem se manter sem a ajuda dos recursos financeiros do departamento nacional) – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná – acabam sendo politicamente e administrativamente mais autônomos do que os regionais que “dependem” financeiramente da administração nacional (recebendo investimentos em infraestrutura, serviços, obras e reformas, especialmente nos seus meios de hospedagem). O profissional que preferiu não ter a identidade revelada inclusive afirma a transferência direta de recursos do regional paulista para que o Sesc-DN administrasse e repassasse para outros regionais da maneira que a entidade bem entendesse.

Ademais, algo que também ajudou a impulsionar o turismo

¹⁵ Trabalhou no Sesc-SP durante 47 anos, sendo gerente da unidade especializada em turismo.



no regional de São Paulo foi a adesão quase “natural” dos idosos, que já desfrutavam dos equipamentos da instituição em atividades culturais e físico-recreativas; nas palavras de Wilson Pina¹⁶, a implantação do programa se encaixou perfeitamente aos anseios deste público aposentado, que claramente possui mais tempo livre para vivenciar as excursões oferecidas, inclusive durante a baixa temporada e nos meios de semana, diferentemente de outros (CHEIBUB, 2014). Como consequência destaca-se a tentativa de “equalização” da sazonalidade (esta considerada uma das maiores “vilãs” da atividade turística, especialmente da rede hoteleira) realizada pelo Sesc, algo que fora endossada por quase todos os entrevistados.

Essa trajetória no campo do turismo, rica de ressignificações, adaptações, questionamentos e aproximações políticas/científicas realizadas¹⁷, de certa forma proporcionou conhecimento e aprendizagem para o Sesc-SP. Alguns profissionais do departamento regional (como Scaranci) colocam abertamente que, pela experiência e o pioneirismo no turismo - práticas, estratégias, mudanças, fluxo e envolvimento - o Sesc-SP nesta área tem o papel que seria do Sesc-DN, fazendo capacitações, dando consultorias, organizando cursos e eventos científico-profissionais, mostrando o caminho a seguir, e, muitas vezes, servindo de exemplo para outros regionais. Esta “função” exercida pelo Sesc-SP pode ser conferida na carta do gerente do Sesc-Paraíso, Nelson Lourenço (28 out. 1994), mais um entrevistado da pesquisa¹⁸, justificando o pedido de apoio ao diretor da administração regional paulista sobre uma querela com a Embratur – abaixo exponho o trecho retirado do documento: “No âmbito do Sesc Nacional, a atuação do nosso Regional, pelo que

¹⁶ Atuou no Sesc-SP de 1975 a 2003. Foi orientador social até 1977, trabalhando com ação comunitária. Depois foi assessor técnico, contribuindo no planejamento das unidades operacionais da entidade. Posteriormente tentou organizar no Sesc-RJ um centro de documentação, memória e pesquisa. Quando o entrevistei (2012), ele era consultor do Sesc nacional.

¹⁷ O Sesc-SP, em 1980, foi a primeira instituição das Américas a se filiar a OITS – criada em 1963, em Bruxelas, como uma dissidência da Organização Mundial de Turismo – vindo a assinar reconhecidos documentos norteadores e regulamentadores do órgão: primeiro a Carta do Turismo Social, de 1979, e depois a Declaração de Montreal, de 1996.

¹⁸ Trabalhou no Sesc-SP de 1973 até 2008. Principais cargos: gerente do Sesc Roosevelt e Bertioiga.



representa quando comparado ao universo dos demais DDDR, serve de modelo organizacional, técnico e operacional, além de referência estimuladora do Programa”.

Explorando o restante do conteúdo da carta, toda esta expansão descrita até aqui causou uma disputa jurídica no final dos anos de 1980 e no decorrer da década de 1990 com as agências de turismo, escoradas pelo órgão público federal regulamentador da atividade, a Embratur. Colaneri opina sobre a falta de entendimento acerca do turismo social tanto do *trade* como da Embratur, o que ocasionou problemas para a administração regional paulista do Sesc:

A Federação do Comércio de São Paulo nos anos 1980 tinha um conselho técnico de turismo e em algum momento eu fui o representante do Sesc nesse conselho, que reunia agentes de viagens, empresas transportadoras, inclusive de aviação, diretores dos aeroportos, toda essa gente; e eu representava o Sesc lá, interpretava a filosofia do Sesc, porque em algum momento o pessoal achava que o Sesc ia fazer concorrência com o pessoal de agência, e a gente tentava mostrar pra eles que o que a gente estava formando na verdade era público, que nós estávamos trabalhando com um segmento da população que eles não tinham oferta. Como também no tempo da Embratur, foi muito difícil a gente discutir com a Embratur o que era turismo social, porque fazia parte do escopo da Embratur, mas na realidade eles sempre criavam mais barreiras pra gente do que ajudavam.

Diferentemente do que tenta alvitrar o interlocutor, pôde-se notar em vários documentos institucionais que o Sesc-SP se utilizava das mesmas práticas empregadas pelas agências de turismo privadas, relacionadas à divulgação e estratégia de vendas e outras peças promocionais, como mala direta. Exemplificando, há um projeto de intensificação da divulgação do turismo social, criado pelo gerente do Sesc-Roosevelt, Evandro CENEVIRA (1988) – um dos entrevistados -, e uma propaganda do Sesc-Paraíso (1996) que reforça a facilitação de parcelamento, prática habitual do mercado

para atrair clientes.

Além do mais, nos anúncios presentes nas filipetas e *banners*, roteiros turísticos para Porto Seguro e Ilhéus (ambos na Bahia), conhecidos pela “massificação” e “padronização” de suas programações turísticas, além de outros roteiros incluindo parte aérea (como Natal-RN e Maceió-AL), apresentavam características bastante similares às experiências oferecidas pelas agências privadas – algumas destas intituladas no mercado e na academia como “turismo de sol e praia”¹⁹. Os entrevistados Barbosa e Scaranci afirmam que o Sesc-SP ajudou a tornar Blumenau um destino conhecido, por conta das excursões organizadas para o *Oktoberfest*, outro “clássico” do setor de turismo-excursionista. Nos questionários de satisfação dos turistas, uma reclamação recorrente era a do “passeio corrido” ou “pouco tempo na cidade e muita viagem”, característica claramente presente em boa parte dos pacotes do mercado.

Barbosa tenta aclarar a situação: “Você acha que não incomodava eles [se referindo as agências]? O dono da Nascimento Turismo, que era conselheiro do Sesc, hein, vou falar que eu quero ver, e nós tomamos uma..., assim um cartão amarelo!”. A disputa jurídica foi politicamente paradoxal, pois o Sesc, representante do setor de comércio de bens, serviços e turismo, tem como um de seus associados/beneficiados as mesmas agências e seus empregados. Grosso modo, o Sesc tem o desígnio de ser benéfico para os afiliados do setor²⁰, sobretudo em relação à imagem dos empresários do comércio junto aos seus funcionários e à sociedade, e não trazer prejuízos financeiros por conta de concorrência com atividades de

¹⁹ Há também excursões que englobam os segmentos “turismo de interior” e “turismo de montanha”, tendo como destinos as cidades históricas de Minas, a serra Fluminense, alguns lugares das regiões Sul e Centro-oeste, dentre outras localidades.

²⁰ Mais especificamente no setor turístico, dos coligados à Confederação Nacional do Comércio (CNC), há a ABAV (Associação Brasileira de Agências de Viagens), a ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis) e a ABEOC (Associação Brasileira de Empresas de Eventos). Na dimensão estadual, as associações paulistas são conformadas pelo SINDETUR-SP (Sindicato das Empresas de Turismo), FHORESP (Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares) e a ABEOC-SP, todas filiadas à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado, e consequentemente à CNC.



mesma natureza oferecidas pela instituição.

O Sesc-SP inicialmente solicitara o registro na Embratur como prestador de serviços de turismo social, em seguida como prestador de serviços turísticos, tentando resolver a questão a respeito da regulamentação, porém nunca conseguiu, diferentemente de outros regionais. Numa das muitas cartas da assessoria jurídica do Sesc paulista enviadas à Embratur (MELLO, 04 set. 1998), apresentando um “Resumo cronológico da legislação vigente que rege a matéria sobre turismo”, são detalhadas as tentativas do regional em continuar com suas operações turísticas, buscando a legalização e a regulamentação que a Embratur requisitara (mostrando até um certo “desespero”, por terem tentado de diferentes maneiras, tendo as solicitações constantemente negadas pelo órgão regulamentador). De acordo com os entrevistados Barbosa, Scaranci e Colaneri, a solução encontrada por outros poucos departamentos que tiveram o mesmo problema - como o Sesc-Paraná - foi o de se cadastrar como agência de turismo na Embratur buscando dessa forma *amenizar* a situação. Entretanto, a Embratur (por meio de diversas justificativas, embasadas por suas assessorias jurídicas) não permitiu o registro do Sesc-SP, a pedido das associações que possuem representação na CNC e na própria Embratur, quiçá pelo real potencial do turismo do regional paulista em prejudicar o mercado das agências turísticas com a concorrência. Nos fatos que se seguiram, cada vez que o Sesc-SP arrumava uma solução legal ao tentar resolver a situação, percebe-se que a legislação ia sendo mudada, com o intuito de embarreirar a atuação da entidade.

Na opinião de Barbosa e Colaneri, a maioria das administrações regionais não teve problemas com as agências comerciais dos respectivos Estados em relação à suposta competição. Talvez por não apresentarem o mesmo volume de viagens e excursões que o regional de São Paulo, estes

departamentos concretamente não incomodaram as agências. Não obstante, o Sesc do Rio Grande do Sul sempre fez excursões a baixo custo, até há mais tempo do que São Paulo, e nunca sofreu represálias ou recebeu ameaças do setor de turismo comercial gaúcho. Para Colaneri e o entrevistado que preferiu não se identificar, o Sesc-RS não teve problemas com as agências porque a questão do turismo social por lá é mais bem resolvida: boa parte do que é oferecido pela instituição é efetivamente priorizado para comerciários que não apresentam condições financeiras para buscar experiências e serviços turísticos em firmas privadas. Somado a este fato, conforme Colaneri, há uma situação jurídico-legal no Rio Grande do Sul que deixa claro o papel de cada um dos atores e instituições do setor turístico no Estado e do Sesc neste cenário.

Diante das análises das fontes acessadas (orais e escritas), acredito que não era o objetivo do Sesc-SP prejudicar as agências privadas, assim como também acho que eles mesclavam roteiros “diferenciados” com outros muito próximos ou similares aos das agências (conforme exposto anteriormente). O problema foi a quantidade de atividades turísticas do departamento regional paulista, realmente trazendo concorrência para as agências. Existem vários documentos nos arquivos do Sesc-Memórias que esmiúçam e trazem diversas conjecturas da questão (pareceres, cartas, atas de reuniões, dispositivos legais etc.). Para os desígnios deste trabalho, não importa detalhar ainda mais a contenda e todos os seus aspectos jurídicos. Relevante para as reflexões alvitadas foi saber, nesta jornada, a justificativa e o intuito do(s) ato(s) realizado(s) pelas agências (via Embratur, ABAV e Sindetur-SP) e o que isso ocasionou para o futuro do turismo no Sesc-SP.

Para continuar sem mais entraves, o Sesc-SP poderia optar por dois caminhos: ou diminuía o volume e priorizava as atividades que não “incomodavam” o mercado ou então prosseguia com o programa, passando a, mais do que privilegiar, delimitar sua atuação somente para as pessoas que não poderiam realmente viajar, os

mais pobres – os quais concretamente não tinham condições de serem clientes das agências. O Sesc-SP escolheu o primeiro caminho, diminuindo consideravelmente a quantidade de atividades turísticas. Se hipoteticamente a instituição escolhesse o segundo, talvez tivesse que renunciar a boa parte dos seus comerciários associados, pelo fato de apresentarem ocasionalmente condições de também viajarem por agências privadas. A mencionada disputa jurídica fez a instituição paulista se ajustar porque se viu receoso de “perder” um dos seus campos de atuação: seu trabalho com turismo oferecido prioritariamente para os comerciários e seus dependentes. De certa forma o setor de turismo da entidade aciona uma metamorfose conceitual-operacional enquanto estratégia de sobrevivência; em outras palavras, “mudou porque não podia perder”.

Ao procurar “saídas” para o problema, o Sesc-SP tenta se ajustar por meio da diferenciação das suas atividades, optando pelos “passeios de 1 dia” - muitos acontecendo dentro da própria cidade de São Paulo, outros para o Sesc-Bertioga e localidades próximas à capital. Nos questionários de satisfação da década de 2000, nota-se a ocorrência de reclamações dos usufrutuários no que concerne aos passeios de 1 dia, indicando que prefeririam uma viagem durante o final de semana completo – estes documentos sugerem que neste momento a metamorfose ocorrera mais intensamente, com a priorização dos passeios em detrimento das viagens. Estes passeios ocasionalmente se aproximam na prática do chamado turismo cultural. Já se verifica este movimento em duas reportagens sobre o projeto do Sesc “Caminho das Artes” (fruto de um convênio com a secretaria estadual de cultura) - O Estado de São Paulo (03 out. 1997) e a Folha de São Paulo (13 out. 1997) - com os respectivos títulos: “S. Paulo oferece roteiro cultural a grupos do interior” e “Projeto leva interiorano a museus de SP”.

Nos casos descritos no parágrafo anterior pode-se enxergar uma educação através do turismo, numa tentativa de levar as pessoas a um “novo tempo”; é nítido o discurso educacional que tem

como pano de fundo uma ideia civilizatória, envolvendo a classe média e baixa com a retórica do desenvolvimento cultural. Diante disso, surgem algumas interrogações: a trajetória do Sesc-SP efetivamente levou-o a um cunho mais “educativo” – e menos preocupado com a “simples” ampliação do acesso - nas suas ações turísticas do que outros regionais? Enxergo neste mote uma questão de posicionamento de mercado, atrelada a uma imagem institucional: o Sesc taticamente precisou justificar sua relevância social ao oportunizar o acesso a uma “outra cultura” que o beneficiado, no discurso da instituição, provavelmente não conseguiria sem ela. A transformação que acontece por conta da necessidade de se diferenciar das agências de turismo privadas gera o movimento estratégico em incluir uma programação caracterizada de “edificante” - baseando-se no discurso dos seus profissionais - com o intuito de não se assemelhar ao que foi e é oferecido majoritariamente pelo mercado. Outros encartes de divulgação do Sesc-SP mostram os vários roteiros ofertados pela entidade, como o “Roteiro do cemitério da Consolação” ou a “Caminhada pela Avenida Paulista e sua história”. As práticas de turismo social, ao oportunizarem o acesso à experiência turística, se configuram como um dos possíveis meios de democratização do lazer nas cidades (EUGENIO; CHEIBUB, 2020); ou seja, contribuem para que indivíduos e grupos conheçam a própria cidade, ajudando a tornar a experiência de “sair do cotidiano” mais cotidiana na vida das pessoas.

Nas entrevistas percebeu-se uma preocupação maior dos ex-profissionais na oferta de preços mais acessíveis; na época da entrevista (2012), Barbosa comentara que, ao receber a mala direta dos passeios e viagens do Sesc-SP, achava o preço cobrado caro, em sua opinião acima do poder aquisitivo de muitos comerciários – posso reforçar a opinião do interlocutor com a de alguns clientes, os quais expressam no questionário de satisfação seu descontentamento com o valor ofertado. Este fato faz diminuir

paulatinamente, desde a virada do milênio, a porcentagem de turistas na entidade com renda de zero a cinco salários mínimos, de acordo com os relatórios de desempenho a que tive acesso na Sede.

Para o entrevistado Amaury Martins²¹, o Turismo arrefece na administração regional de São Paulo, perde força, apoio, intensidade²², o que culmina em 2009 com o encerramento da unidade agenciadora especializada, sendo englobada por uma gerência de programas socioeducativos na unidade administrativa central, titulada de Sesc-Belenzinho. Consequentemente o Turismo acaba sofrendo com a “concorrência” interna na busca por recursos e investimentos, perdendo espaço no rastro desta transformação para outros setores da instituição, como Cultura, Educação e Esporte. Estas áreas são formadas no mercado em geral, por profissionais que têm no Sesc oportunidades de emprego e trabalho. São campos profissionais que historicamente não conformaram um setor econômico relativamente forte e coeso como o do turismo - composto por grandes redes de hotéis, transportadoras, operadoras e agências, possuindo representatividade política e econômica no Brasil e no mundo - por tal razão, não apresentaram “problemas” com o Sesc em relação à atuação profissional mercadológica.

5. Considerações finais

A substancialidade do turismo social está claramente atrelada ao acesso da experiência turística realizada por instituições distintas oferecidas a segmentos de classe/setores/grupos/sujeitos que apresentam alguma dificuldade financeira. Esta característica está mais presente na história e na atualidade de países europeus e de outras nações latino-americanas do que no Brasil. No país, a

²¹ Foi guia acompanhante de excursões do Sesc São Caetano, Paraíso, Paulista e Santana.

²² Ainda assim apresenta números consideráveis: “Segundo dados obtidos junto à Gestão de Turismo Social do Sesc São Paulo (comunicação pessoal, 26 de agosto de 2016), em 2015 foram operacionalizados 826 roteiros (que podem ser de apenas um dia ou de maior duração, incluindo pernoites), que contaram com a participação de 28.298 pessoas; além disso, foram atendidas 47.736 pessoas na hospedagem do Sesc Bertiooga” (ALMEIDA, 2016, p.148).



construção do fenômeno é impulsionada e tonificada pelo Sesc, que, como verificado, mostra outros contornos, que vão além da situação socioeconômica do turista/viajante/assistido. Apesar da afirmação de vários entrevistados da pesquisa, é difícil cravar que o Sesc foi o pioneiro no turismo social no país. Assim como visto historicamente em relação ao SRO, pode ter havido outras ações, não documentadas e divulgadas, realizadas por outros setores. Esta premissa vale também na atualidade: há muitas iniciativas que se podem considerar turismo social, concretizadas por prefeituras, ONG's, empresas, associações, sindicatos, universidades e por grupos diversos da sociedade civil.

O fato de o Sesc ser o “álibi humanista” dos empresários no Brasil não retira o impacto de dois aspectos da sua atuação: 1 – ele assume (mais em algumas regiões do que em outras) o papel que caberia ao Estado em alguns setores, mormente na cultura e no lazer. 2 – ele oferece oportunidades interessantes, especialmente para um público circunscrito aos comerciários, de acessar coisas novas e diferentes. O Sesc SP inegavelmente tem um papel cardinal de mediador cultural das regiões e localidades em que atua, notadamente na cidade paulistana. Não há turismo receptivo nas unidades da capital e do interior²³; estas últimas, além de ajudarem a agenciar (turismo emissor) grupos nas excursões/passeios para Bertioga e outros destinos nacionais, são fundamentais centros de lazer nas cidades que as sediam, oferecendo à população local oportunidades de acesso às atividades artístico-culturais e físico-esportivas. Esta premissa vale igualmente para as unidades do subúrbio paulistano. Já as unidades das regiões mais abastadas e centrais da capital integram um relevante circuito cultural da urbe, ajudando a ampliar o leque de opções para todos os cidadãos (não somente os comerciários) com exposições de artes plásticas, opções

²³ Acerca desta ausência de outros meios de hospedagens do Sesc paulista (“além” Bertioga), o entrevistado Nelson Loureiro opina: “devia ter um equipamento de montanha, em Campos do Jordão; devia ter um equipamento no interior, essa coisa com característica campestre mesmo; e devia ter um equipamento de pesca lá em Presidente Prudente [...]”.

musicais, teatrais, audiovisuais, todas oferecidas gratuitamente ou a preços módicos. Mesmo que haja ingredientes civilizatórios, propagando a mensagem “com a gente, você consegue cultura e educação”, ao me aproximar, não vejo unilateralmente intencionalidades “diabólicas” de uma instituição que quer controlar as pessoas para exercer mais poder.

Na opinião da equipe técnica de turismo social do Sesc-DN, a entidade de uma maneira geral faz bastante pelos comerciários e seus familiares, questionando até se outras associações de classe conseguem realizar o mesmo. O departamento nacional coloca que todos os regionais deveriam subsidiar as atividades turísticas para proporcionar efetivamente experiências para os comerciários mais pobres. Todavia, a equipe do DN avalia que em alguns estados não há uma preocupação social envolvendo o turismo, em outras palavras, “não se esforçam o bastante para oferecer o menor preço possível”, o que aponta para uma de nossas hipóteses basilares: o quanto de “social” efetivamente há no turismo do Sesc-SP? Na opinião de alguns representantes do DN, não existe turismo social nesta administração regional. Sobre essa compreensão e diante de tudo que foi explicitado, será que é possível responsabilizar a regional paulista por se afastar do que acreditava ser o turismo social? Pelo que pude observar, ler e ouvir, em outros regionais o turismo social foi e é enxergado como algo menos complexo, pois não precisou ser encarado como um “problema”; para estes departamentos, o turismo social tem sido simplesmente “levar pessoas para conhecer lugares por um preço mais acessível, experiência possível por ser o ‘Sesc’”.

Referências

ALBERTI, V. (1998). A vocação totalizante da história oral e o exemplo da formação do acervo de entrevistas do Cpdoc. In: INTERNACIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE, 1998, R. Janeiro. **Anais do...** R. Janeiro. p.1-7.

ALBERTI, V. (2005). **Tratamento das entrevistas de História Oral no Cpdoc.** R.

Janeiro: Cpdoc.

ALBERTI, V. (2010). **Programa de História Oral do Cpdoc no Globo Universidade**. Disponível em: <http://globouniversidade.globo.com/>. Acesso em: 02 out. 2010.

ALMEIDA, M. V. de. (2001). **Turismo Social**: por uma compreensão mais adequada deste fenômeno e sua implicação prática na realidade atual brasileira. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Artes), ECA/USP, S. Paulo.

ALMEIDA, M. V. de. (2016). Turismo social: reflexões e práticas no Brasil. **Journal of Tourism and Development**, v. 26, p. 141-154.

AMADO, J; FERREIRA, M.M. (2001). **Usos & abusos da história oral**. R. Janeiro: FGV, 2001. 304 p. ISBN: 978-85-2250-200-4

BASTOS, D.; CHEIBUB, B. L. (2020). O turismo levado a sério: discursos e relações de poder no Brasil e na Argentina (1933-1946). Resenha da Tese de Valéria Guimarães (Doutorado em História Comparada). PPGHC-IH-UFRJ. **Turismo e sociedade**, v. 13, (1), p. 119-125. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/76643>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BIKEL, M. C. P. (2013). **O Serviço Social do Comércio e a Produção de Conhecimentos sobre o Lazer no Brasil (Década de 1970)**. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer), PPGIEL/UFMG, B. Horizonte.

BRÊTAS, A. (2008). Serviço de Recreação Operária: a singularidade de uma experiência (1943-1945). In: BRÊTAS, A.; ALVES JÚNIOR, E. de D.; MELO, V. A. **Lazer e cidade**: reflexões sobre o Rio de Janeiro. R. Janeiro: Shape. 228 p.

CAMARGO, L. O. de L. (2009). Perspectivas para o lazer com o impasse da luta pela redução da jornada de trabalho – o caso brasileiro. **Licere**, B. Horizonte, v.12, (2), p.1-32. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/877/674>. Acesso em: 20 nov. 2020.

CAVENAGHI, A. J. (2020). O turismo sobre rodas no litoral paulista (1960- 1970): uma análise histórica de uma reportagem jornalística. In: MÜLLER, D. M.; HALLAL, D. R. **Olhares históricos sobre o lazer e o turismo no Brasil**. Porto Alegre: Casalettras. 288 p. Disponível em: <https://www.casalettras.com/olhares>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CENEVIRA, E. Projeto de intensificação da divulgação do turismo social do Sesc-Roosevelt. Arquivos do Sesc-Memórias. Mat. gráfico e textual – Sesc-Roosevelt. 1988. Cx. 28 (Fecomércio, S. Paulo). 1988.

CHEIBUB, B. L. (2014). A história das práticas turísticas no Serviço Social do Comércio de São Paulo (Sesc-SP). **Rosa dos Ventos**, v. 6, (2), p. 247-262. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/2638>. Acesso em: 22 dez. 2020.

CHEIBUB, B. L. (2015). As contribuições da produção científica para o entendimento do lazer como direito social. In: GOMES, C.L.; ISAYAMA, H.F. **O direito social ao lazer no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 240 p.



CORRÊA, A. A. A. (2008). A construção da modernidade e o controle do não trabalho na sociedade brasileira: uma análise comparada do Serviço de Recreação Operária (SRO) e o Serviço Social do Comércio (Sesc). XIII ANPUH-RIO, 2008, R. Janeiro, **Anais do...**, R. Janeiro, p.1-12.

COSTA, F. R. (2006). **Turismo Social no Sesc-SP**. Turismo para todos. São Paulo: Sesc, 2006. 20 p.

EUGENIO, J. de O.; CHEIBUB, B. L. (2020). Turismo social 'na prática': a experiência turística de pessoas em situação de rua na região metropolitana do Rio de Janeiro-RJ, Brasil. **Rosa dos Ventos**, v. 12, (4), p. 1017-1038. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/8299>. Acesso em: 26 abr. 2020.

FIGUEIREDO, B. G. (1991). **A criação do Sesi e Sesc**: do enquadramento da preguiça à produtividade do ócio. Dissertação (Mestrado em História), IFCH, Unicamp, Campinas.

FOLHA DE SÃO PAULO (1997). Projeto "Caminho das Artes". Arquivos do Sesc-Memórias - Mat. gráfico e textual - Sesc-Paraíso. Cx. 30. 1997.10.13. (Fecomércio, S. Paulo). 13 out. 1997.

GOMES, C. L.; MELO, V. A. de. (2003). Lazer no Brasil: Trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. **Revista Movimento**, P. Alegre, n. 19, p.23-44.

GOMES, C. M. (2008) Dumazedier e os estudos do lazer no Brasil: breve trajetória histórica. IX SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE, 2008, B. Horizonte. **Anais do...** B. Horizonte. p.1-12.

LOURENÇO, N. (1994). Atuação do regional em âmbito nacional. Arquivos do Sesc-Memórias. Mat. gráfico e textual - Sesc-Paraíso. Cx. 30. 1994.10.28 (Fecomércio, S. Paulo). 28 out. 1994.

MELLO, L. de F. P. (1998). Resumo cronológico da legislação vigente sobre turismo. Arquivos do Sesc-Memórias - Mat. gráfico e textual - Sesc-Paraíso. Cx. 30. 1998.09.04. (Fecomércio, S. Paulo). 04 set. 1998.

MELO, V. A. (1998). Inezil Penna Marinho: notas biográficas. In: FERREIRA NETO, A. **Pesquisa Histórica na Educação Física**. Ed. FACHA, Aracruz.

MULLER, D.; HALLAL, D. R.; RAMOS, M. DE G. G.; GARCIA, T. E. M. (2011). O despertar do turismo no Brasil: a década de 1970. In: **Tourism and Management Studies**. n. especial. p.639-653.

O ESTADO DE SÃO PAULO (1997). Projeto "Caminho das Artes". Arquivos do Sesc-Memórias - Mat. gráfico e textual - Sesc-Paraíso. Cx. 30. 1997.10.03. (Fecomércio, S. Paulo). 03 out. 1997.

O SESC EM MARCHA (1951). Publicação mensal do Sesc - Ano II - Novembro de 1951 - n. 18. Arquivos do Sesc-Memórias (Fecomércio, S. Paulo). Nov. 1951.

PROJETO INCENTIVO AO TURISMO SOCIAL (1978). Levantamento e acordo com

ordens religiosas. Arquivos do Sesc-Memórias. Mat. gráfico e textual – Sesc-Roosevelt. 1992. Cx. 28 (Fecomércio, S. Paulo). 1978.

REQUIXA, R. A. Q. de S. (2001). **Renato Requixa** (depoimento). P. Alegre: CEME/ESEF/UFRGS.

RODRIGUES, A. A. B. (1995). **Águas de São Pedro** – estância paulista, uma contribuição à geografia da recreação. Tese de doutorado. DG/FFLCH, USP, S. Paulo.

ROLKOUSKI, E.; SILVA, H. da. (2009). **As vozes do passado** – História Oral: Paul Thompson X Philippe Joutard. Unesp: Rio Claro.

SANTOS, A. O. (2006). Por uma aliança pelo turismo. In: CARVALHO, C. L. DE; BARBOSA, L. G. M. **Discussões e propostas para o turismo no Brasil**. R. Janeiro: Senac. p.7-8.

SESC-PARAÍSO (1996). Encarte propagandístico “Viaje agora e pague em 5 parcelas fixas”. Arquivos do Sesc-Memórias – Mat. gráfico e textual – Sesc-Paraíso. 1997-1998. Cx. 30. (Fecomércio, S. Paulo). 1996.

SESC-ROOSEVELT (1984). Resultados orçamentários. Arquivos do Sesc-Memórias. Mat. gráfico e textual – Sesc-Roosevelt. 1985. Cx. 28. (Fecomércio, S. Paulo). 1984.

SESC-SP (2021). **Unidades**. Disponível em <http://www.secsp.org.br/unidades/>. Acesso em: 26 Abr. 2021.

TEIXEIRA, L.B. (2021). **O que é o sistema S, de Sesc e Sesi, e por que sua verba causa polêmica**. Uol-Economia. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/12/19/o-que-e-o-sistema-s-de-se-sc-e-sesi-e-por-que-seu-repasse-causa-polemica.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 27 abr. 2021.

Resumo

Este artigo advém de uma pesquisa de doutorado sobre a história do lazer turístico no Serviço Social do Comércio de São Paulo (Sesc-SP). A investigação contou com a análise documental, a partir de fontes arquivadas na Sede administrativa e no Sesc-Memórias, ambos do Sesc-SP. Além disso, utilizando-se do método da História Oral, foram realizadas dezenove entrevistas com profissionais de diferentes cargos, funções e posições, que trabalharam na instituição desde a década de 1970 até o início do século XXI. Também foi efetivada uma densa revisão bibliográfica a respeito da própria entidade, da conjuntura sociopolítica que engloba a sua trajetória e da institucionalização do lazer na história do Brasil. Os resultados demonstraram como foi sendo construído o ideário em torno do lazer turístico no Sesc-SP, descrevendo o percurso ideológico e organizacional por qual passara o departamento regional neste setor.

Palavras-chave: Sesc-SP. Lazer. Turismo social.

Abstract

This article comes from a doctoral research on the history of touristic leisure in the Social Service of Commerce of São Paulo (Sesc-SP). The investigation relied on documentary analysis, from sources filed at the Administrative Headquarters and at Sesc-Memórias, both from Sesc-SP. In addition, using the Oral History method, nineteen interviews were carried out with professionals from different positions, functions and positions, who worked at the institution from the 1970s until the beginning of the 21st century. A dense bibliographic review was also carried out regarding the entity itself, the socio-political context that encompasses its trajectory and the institutionalization of leisure in Brazil's history. The results showed how the idea was created around touristic leisure in Sesc-SP, describing the ideological and organizational path that the regional department had gone through in this sector.

Keywords: Sesc-SP. Leisure. Social tourism.

Resumen

Este artículo proviene de una investigación doctoral sobre la historia del ocio turístico en el Servicio Social de Comercio de São Paulo (Sesc-SP). La investigación se basó en el análisis documental, de fuentes archivadas en la Sede Administrativa y en Sesc-Memórias, ambas de Sesc-SP. Además, utilizando el método de Historia Oral, se realizaron diecinueve entrevistas a profesionales de diferentes funciones y cargos, que laboraron en la institución desde la década de los setenta hasta principios del siglo XXI. También se realizó una densa revisión bibliográfica sobre la propia entidad, el contexto sociopolítico que engloba su trayectoria y la institucionalización del ocio en la historia de Brasil. Los resultados mostraron cómo se gestaba la idea en torno al ocio turístico en Sesc-SP, describiendo el camino ideológico y organizativo que había recorrido el departamento regional en este sector.

Palabras clave: Sesc-SP. Ocio. Turismo social.